

Índice

Capítulo 33 — RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	19
1. Noções gerais.....	19
2. Coisas que podem ser apreendidas	21
3. Coisas que não podem ser apreendidas.....	22
4. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	23
5. Coisas que podem e que não podem ser restituídas. Instrumentos do crime	25
6. A apreensão na hipótese do art. 19 da LCP	27
7. Produtos diretos e indiretos do crime	27
8. Restituição feita pela Autoridade Policial.....	29
9. Restituição feita pelo Juiz criminal.....	30
10. Direito do terceiro de boa-fé.....	31
11. Restituição de coisas facilmente deterioráveis	32
12. Coisas adquiridas com os proventos do crime	32
13. Destino dos objetos apreendidos.....	35
14. Coisas apreendidas em face de contrabando ou descaminho	37
15. Destino das coisas apreendidas ou sequestradas, quando se tratar de tráfico de substâncias entorpecentes, de acordo com os arts. 60 a 64 da Lei n. 11.343, de 23-8-2006 (nova Lei de Tóxicos)	37
Capítulo 34 — DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	43
1. Generalidades	43
2. Medidas precautórias penais	44
3. Restituição, ressarcimento e reparação	45
4. O ofendido e as medidas assecuratórias.....	45
5. O sequestro	46

6. Embargos ao sequestro	49
7. Levantamento do sequestro.....	51
8. Sequestro de móveis	53
9. Sentença penal condenatória.....	54
10. Hipoteca legal.....	55
11. Pressupostos.....	56
12. Medida preventiva. O arresto do bem a ser hipotecado	59
13. Liquidação definitiva	60
14. Absolvição	61
15. Arresto de móveis	61
16. Bens fungíveis	64
17. Responsável civil	65
Capítulo 35 — DO INCIDENTE DE FALSIDADE.....	67
1. Origem da palavra <i>documento</i>	67
2. Razão de ser do incidente	68
3. Súmula do incidente	69
4. Procedimento	70
5. A remessa ao Ministério Público	71
6. Faz coisa julgada a decisão?	72
7. Legitimidade	72
8. O Juiz poderá suscitar?	73
9. O processo principal ficará suspenso?	74
Capítulo 36 — DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO.....	75
1. O fato típico.....	75
2. A antijuridicidade	76
3. A culpabilidade.....	77
4. A imputabilidade	78
5. A importância do exame	78
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade.....	79
7. Os menores de 18 anos	80
8. Os amentais.....	80
9. A embriaguez.....	81
10. Critério biopsicológico	83
11. Comprovação da inimputabilidade.....	83

12. Oportunidade para o exame que comprove a insanidade	85
13. Legitimidade	86
14. Procedimento	86
15. Quesitos	88
16. A doença mental antes e depois da infração	89
17. Não vinculação do Juiz à perícia	90
Capítulo 37 — DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS	91
1. Noções gerais. Fato e ato processuais	91
2. Os atos processuais. Conceito	93
3. Critérios para a classificação	93
4. Atos das partes	94
5. Atos dos Juízes	97
6. Atos dos Auxiliares da Justiça	99
7. Atos de terceiros	99
8. Atos simples e complexos	99
9. Termos	100
10. Audiências	101
11. Sessões	103
12. Limites de lugar	103
13. Limites de forma	105
14. Limites de tempo	109
15. Prazo	109
16. Preclusão	112
17. Espécies de prazo	114
18. Contagem dos prazos	115
19. Fixação do <i>dies a quo</i>	119
20. Prazos contínuos e peremptórios	123
Capítulo 38 — DAS NULIDADES	125
1. Noções preliminares	126
2. Ato inexistente	128
3. Atos nulos e irregulares	129
4. O ato inexistente, o ato nulo e a coisa julgada	131
5. A nulidade	134
6. Não há nulidade sem prejuízo	135

7. Irrelevância do ato	135
8. Atos e formalidades essenciais	136
9. A classificação dos atos e das formalidades	141
10. A incompetência, suspeição e suborno do Juiz	142
11. Ilegitimidade de parte	143
12. A omissão da peça acusatória ou da representação	144
13. Ausência de corpo de delito	146
14. Ausência de Defensor e Curador	146
15. A falta de intervenção do Ministério Público	149
16. A falta de citação do réu, do seu interrogatório, quando presente, e dos prazos concedidos à Acusação e à Defesa	152
17. A falta de pronúncia, libelo, e entrega da respectiva cópia	158
18. A falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, quando não puder ser julgado à revelia	158
19. A falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade	159
20. A falta de <i>quorum</i> para a instalação da sessão do Júri	160
21. A falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade	162
22. A falta de quesitos e das respectivas respostas	163
23. A falta de acusação e defesa na sessão de julgamento	167
24. A falta de sentença	170
25. Ausência do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	171
26. A falta de intimação, nas condições estabelecidas na lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso	172
27. A falta de <i>quorum</i> nos julgamentos levados a cabo pelo STF e Tribunais de Justiça	174
28. Nulidades absolutas e relativas no CPP	175
29. Momento para a arguição da nulidade	178
30. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	180
31. Quem pode arguir a nulidade?	181
32. Modos de sanabilidade	182
33. Pode haver nulidade em inquérito?	183
Capítulo 39 — DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO ..	185
1. Considerações gerais	186

2. Conceito.....	186
3. Órgãos da citação.....	188
4. Vinculação à instância. Haverá necessidade de se proceder à citação na execução?.....	189
5. Quem pode ser citado	189
6. Citação de incapazes.....	190
7. A citação como garantia individual	190
8. Pode o réu ser cientificado da acusação antes da citação?.....	191
9. Consequências do não atendimento à citação	192
10. Efeitos da citação válida	193
11. Espécies de citação	193
12. Citação por mandado. Requisitos intrínsecos e extrínsecos.....	194
13. Citação por meio de carta precatória	195
14. Pode o réu ser ouvido no juízo deprecado?	197
15. Precatória por telegrama	201
16. É possível a precatória por telefone?	201
17. Citação do militar	201
18. Citação do funcionário público.....	202
19. Citação do preso	203
20. Réu que se encontra no estrangeiro. Como se procede à citação. A rogatória. Haverá necessidade de legalização consular? O art. 210 do CPC	204
21. Citação em legações estrangeiras.....	205
22. A carta de ordem	206
23. Citação (ou notificação) por edital.....	206
24. Citação ficta. Crítica	207
25. As hipóteses em que se permite a <i>citatio edictalis</i>	216
26. Se o réu não for encontrado.....	217
27. Quando o réu se oculta	218
28. Quando o lugar em que estiver o citando for inacessível.....	219
29. Quando incerta a pessoa do citando.....	219
30. Quando o réu se encontrar no estrangeiro, em lugar não sabido	220
31. Como se procede à citação por edital?.....	220
32. Revelia. Hipóteses. Consequências	222
33. Das notificações e intimações	224
Capítulo 40 — DA PROVA	231
1. Noções preliminares	231

2. Prova emprestada	236
3. Liberdade de prova	237
4. Ônus da prova	264
5. Apreciação das provas	269
6. Das perícias em geral	273
7. Realização da perícia	283
8. Necropsia	286
9. Exumação	288
10. Exame complementar	289
11. Exames dos escritos	291
12. Exames por precatória	294
Capítulo 41 — DO INTERROGATÓRIO	295
1. Noções gerais	295
2. Necessidade	299
3. Oportunidade	303
4. Caracteres	303
5. Faculdade de não responder	304
6. Não participação da Defesa	307
7. Conteúdo	317
8. Corréus	318
9. Oralidade	318
10. Acusado menor	319
11. Confissão	319
12. Força probatória da confissão	320
13. Divisão	322
14. Espontaneidade	323
15. Retratabilidade	324
16. Divisibilidade	324
17. Confissão ficta	325
Capítulo 42 — OFENDIDO E TESTEMUNHAS	327
1. Conceito de ofendido ou vítima	327
2. Ofendido e testemunhas. Sanções	329
3. O ofendido presta compromisso?	331
4. Valor probatório da palavra do ofendido	333

5. Conceito de testemunha	334
6. Fundamento da prova testemunhal.....	335
7. Valor probatório	335
8. Classificação	339
9. Caracteres do testemunho	341
10. Oralidade	342
11. Objetividade.....	343
12. Retrospectividade.....	343
13. Capacidade.....	343
14. Dever de depor.....	345
15. Exceções ao dever de depor.....	345
16. Subdeveres.....	351
17. Comparecimento.....	351
18. Exceções ao dever de comparecer.....	352
19. Sanções	355
20. Dever de prestar compromisso.....	358
21. Ausência de compromisso	360
22. Importância do compromisso.....	361
23. Providências que se tomam quando a testemunha depõe fal- samente	364
24. Depoimento: verificação de identidade; verificação de possível vinculação com as partes; advertência e objeto concreto do de- poimento	368
25. Número de testemunhas.....	372
26. Oportunidade para arrolar testemunhas	373
27. Contradita e arguição de defeito	374
28. Contradita	374
29. Arguição de defeito.....	375
Capítulo 43 — RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DO- CUMENTOS.....	377
1. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	377
2. Procedimento	380
3. Reconhecimento de coisas	382
4. Da acareação.....	382
5. Procedimento	383

6. Qual o valor das acareações?	385
7. Dos documentos.....	386
8. Documentos em sentido estrito	387
9. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis	388
10. Classificação dos documentos	390
11. Momento para a apresentação.....	393
12. Quais os documentos que podem ser apresentados?	394
13. Providência do Juiz.....	394
14. Autenticidade.....	395
15. Documentos em língua estrangeira	396
16. Desentranhamento.....	396
17. Dos indícios	397
Capítulo 44 — DA BUSCA E APREENSÃO	405
1. Noção geral.....	405
2. Oportunidade	406
3. Iniciativa	406
4. Sujeito ativo	406
5. Sujeito passivo	407
6. Busca domiciliar	407
7. Inviolabilidade do domicílio	407
8. Noção de domicílio.....	410
9. Finalidade	411
10. Apreensão de cartas	411
11. A enumeração feita pelo § 1º do art. 240 do CPP é taxativa?.....	413
12. Condição de legitimidade	413
13. Necessidade de mandado	414
14. Quando se procede às buscas e apreensões domiciliares?	415
15. Como se procede às buscas domiciliares?	417
16. Busca sem mandado.....	417
17. Busca com mandado	419
18. Busca pessoal.....	421
19. Finalidade	422
20. Quem pode realizá-la?	422
21. Haverá necessidade de mandado?.....	423
22. Busca em mulher	424

23. A documentação	424
24. Poderá ser realizada a busca no escritório do Advogado?.....	424
25. E nas repartições públicas?	426
26. Apreensão em território sujeito a jurisdição alheia.....	427
Capítulo 45 — DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	429
1. Conceito.....	429
2. A prisão e as medidas cautelares	430
3. Prisão-pena e prisão sem pena	434
4. A prisão-pena.....	434
5. As penas previstas no nosso Código Penal	439
6. A prisão-pena nas contravenções	445
7. Prisão na Lei de Imprensa.....	445
8. Prisão-albergue	445
9. Prisão sem pena	446
10. A prisão cautelar de natureza processual	448
11. Princípios constitucionais	449
12. Disposições gerais	452
13. A autoridade competente	453
14. A ordem escrita.....	455
15. Duplicata.....	458
16. Prisão realizada por mandado	459
17. Prisão solicitada por precatória.....	459
18. Prisão na hipótese de urgência.....	460
19. Prisão em outra comarca.....	461
20. Custódia.....	462
21. Perseguição material	462
22. Realização da prisão por mandado	462
23. Momento para a realização da prisão.....	463
24. Inviolabilidade do domicílio	464
25. Uso da força.....	468
26. Prisão especial	472
27. Interpretação restritiva	480

Capítulo 46 — DA PRISÃO EM FLAGRANTE	485
1. Origem da palavra <i>flagrante</i>	485
2. Fundamento atual	486
3. Fundamento anterior	488
4. O flagrante no Direito anterior	491
5. Natureza jurídica	491
6. Sujeito ativo	494
7. Sujeito passivo	495
8. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada	499
9. Flagrante nas contravenções	500
10. Espécies de flagrante	501
11. Diferenças entre as modalidades de flagrante	504
12. Infrações permanentes e habituais	506
13. O auto de prisão em flagrante: formalidades, importância das formalidades, prazo para a lavratura do auto	508
14. A nota de culpa	517
15. Comunicação da prisão	518
16. Infração praticada em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções	519
17. Prisão efetuada fora do <i>locus delicti</i>	522
18. Concessão da liberdade provisória	522
19. Poderá a Autoridade Policial relaxar a prisão?	529
20. Flagrante preparado	530
21. Flagrante protelado	531
22. Flagrante forjado	532
Capítulo 46-A — DA PRISÃO TEMPORÁRIA	533
1. Introdução	533
2. Quem pode decretar a prisão temporária? Qual o seu prazo de duração?	535
3. Em que hipóteses se admite a prisão temporária?	536
4. Os requisitos da cautelaridade	538
Capítulo 47 — DA PRISÃO PREVENTIVA	541
1. Noções gerais	541

2. Fundamento da prisão preventiva.....	543
3. Pressupostos.....	545
4. Autoridade para decretá-la.....	546
5. Circunstâncias que autorizam a preventiva segundo o CPP vigente	548
6. Momento para a decretação	562
7. Quem poderá requerer a medida?	565
8. As hipóteses legais.....	566
9. Fundamentação	567
10. Recursos.....	570
11. Proibição.....	571
12. Preventiva nas contravenções.....	572
13. Revogação.....	573
Capítulo 48 — DA PRISÃO DOMICILIAR.....	575
Capítulo 49 — DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES	577
Capítulo 50 — DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	583
1. Generalidades	583
2. Sucedâneos da prisão provisória	589
3. A prisão domiciliar	592
4. A liberdade provisória com ou sem fiança.....	594
5. Conceito de liberdade provisória	594
6. Fundamento	595
7. Antecedentes.....	595
8. Liberdade provisória	597
9. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada.....	597
10. As hipóteses de liberdade provisória vinculada sem fiança	600
11. O parágrafo único do art. 310 do CPP.....	600
12. Restrições legais	601
13. Obrigações	601
14. Recurso	601
15. Réu pobre.....	602
16. A pronúncia nos crimes afiançáveis.....	603
17. Liberdade provisória mediante fiança. As hipóteses legais.....	604
18. Conceito de fiança	611

19. Finalidade	612
20. É definitiva a fiança?	612
21. Momento para a prestação	612
22. Quem pode prestá-la?	613
23. As obrigações do afiançado	614
24. Limites da fiança	616
25. Extinção da fiança.....	621
26. Quebramento.....	622
27. Quem pode decretar o quebramento? Recurso.....	622
28. Consequências	623
29. Destino da fiança	623
30. Liberdade provisória, mesmo quebrada a fiança.....	624
31. Perdimento da fiança	624
32. Consequência.....	624
33. Recurso	625
34. Cassação da fiança.....	625
35. Consequência.....	625
36. Recurso	626
37. Fiança sem efeito.....	626
38. Reforço	627
39. Autoridade competente para julgar a fiança sem efeito	628
40. Absolvição.....	628
41. Extinção da punibilidade	628
42. Condenação.....	629
43. Execução.....	629
44. Abolição da fiança.....	629

APÊNDICE

Resolução n. 137, de 13-7-2011 (CNJ)	635
Portaria n. 26, de 14-8-1990.....	641
BIBLIOGRAFIA	647